

DOCUMENTO ESTRATÉGICO UNIFICADO



Fórum
das Entidades
Empresariais
de Goiás

AGENDA FÓRUM EMPRESARIAL

2027/2030

GOVERNO DE GOIÁS

*Diretrizes Estratégicas
e Propostas Integradas
para o Plano de
Governo do
Estado de Goiás*



PRODUZIR



INOVAR



COMPETIR



GERAR
EMPREGOS



TRANSFORMAR
VIDAS

MENSAGEM INSTITUCIONAL E VISÃO GERAL DA AGENDA UNIFICADA

Um pacto histórico pelo futuro de Goiás:

As principais entidades representativas do setor produtivo goiano — reunindo a indústria de transformação, a agropecuária, o comércio atacadista e varejista, o setor de serviços, o turismo e o cooperativismo — apresentam aos candidatos ao Governo de Goiás esta Agenda Consolidada 2027-2030. Trata-se de um conjunto estruturado de políticas públicas, reformas de modernização e investimentos estratégicos construídos a partir da realidade daqueles que produzem, investem e geram empregos no Estado.

Goiás consolidou nas últimas décadas uma trajetória exemplar de expansão econômica, sustentada pela complementaridade de sua base produtiva. A indústria de transformação assumiu o protagonismo na interiorização do desenvolvimento e na geração de empregos de alta qualificação. O setor também lidera na arrecadação de tributos estaduais, com 47,5% do total arrecadado em 2025 (aproximadamente R\$ 18,82 bilhões). Simultaneamente, a agropecuária garante saldos expressivos na balança comercial, enquanto o comércio e os

serviços respondem por cerca de 60% do PIB e pela manutenção da maior parcela dos postos de trabalho formais.

Entretanto, o ciclo de desenvolvimento que se inicia em 2027 impõe profundos desafios. A promulgação da Reforma Tributária do Consumo (EC nº 132/2023) deflagrará a substituição gradual do ICMS e do ISS pelo novo IBS/CBS, reduzindo progressivamente os incentivos fiscais convencionais até sua extinção.

O Novo Paradigma da Competitividade:

Sem a ferramenta exclusiva dos incentivos fiscais estaduais, a disputa federativa por novos investimentos será definida por fatores estruturais. Para manter Goiás competitivo e impedir a fuga de capitais, o futuro governador precisará garantir qualidade e expansão acelerada na infraestrutura logística e energética, agilidade irrestrita no licenciamento ambiental, formação técnica orientada para a Indústria 4.0, segurança jurídica no contencioso tributário e uma máquina pública estritamente desburocratizada.

Este documento não é um catálogo de pedidos isolados, mas a base técnica de um pacto governamental para adensar as cadeias industriais, proteger os pequenos negócios, expandir a matriz energética e manter Goiás na vanguarda do crescimento nacional.

FÓRUM DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS DE GOIÁS (FEE-GO):



Associação Comercial, Industrial e
de Serviços de Goiás



Associação Pró-Desenvolvimento
Industrial do Estado de Goiás



Federação das Associações Comerciais,
Industriais e Agropecuárias de Goiás



Federação da Agricultura e
Pecuária de Goiás



Federação das Câmaras de Dirigentes
Lojistas de Goiás



Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo



Federação das Indústrias do
Estado de Goiás



Sindicato e Organização das
Cooperativas Brasileiras em Goiás

COPARTICIPAÇÃO:



CDL Goiânia - Câmara de Dirigentes
Lojistas de Goiânia

INFRAESTRUTURA ESTRUTURANTE, LOGÍSTICA E CONECTIVIDADE

1.1. PROGRAMA INTEGRADO DE PAVIMENTAÇÃO E ESTRADAS VICINAIS

-  **DESAFIO** - A existência de trechos de rodovias estaduais em pista simples, com pavimento desgastado pelo intenso tráfego de cargas, carência de pátios de triagem estruturados e a presença de pontes de madeira, somada à necessidade de conservação contínua da malha vicinal municipal nos períodos chuvosos.
-  **JUSTIFICATIVA** - O aprimoramento contínuo da infraestrutura rodoviária e vicinal é indispensável para otimizar os custos com frete, reduzir o consumo de combustível e preservar a integridade das cargas agrícolas e industriais, garantindo a fluidez e a competitividade do escoamento diário no Estado.

 PROPOSTA DE SOLUÇÃO

- a) Pactuar cronograma blindado do FUNDEINFRA para duplicações e terceiras faixas, garantindo a execução dos recursos até a extinção legal do fundo em 2032 (EC 132/2023), e estruturar desde já a transição do financiamento logístico estadual para captações via Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e Parcerias Público-Privadas (PPPs).
- b) Expandir o programa de Patrulhas Rurais Mecanizadas em convênio com prefeituras e reconfigurar a malha estadual, assumindo vias municipais que se tornaram eixos estratégicos de escoamento.
- c) Substituir integralmente pontes de madeira por concreto e tornar obrigatória a instalação de balanças de pesagem e Pontos de Parada (PPDs) nas concessões.

1.2. PACTO GOIÁS DE INFRAESTRUTURA E RESILIÊNCIA ENERGÉTICA

-  **DESAFIO** - Embora a concessionária de distribuição venha apresentando melhorias de performance, o ritmo de expansão das redes e de liberação de novas cargas necessita acompanhar a velocidade e a urgência de crescimento demandadas pelo setor produtivo goiano.
-  **JUSTIFICATIVA** - A estabilidade no fornecimento de energia elétrica e a celeridade nas conexões são condições fundamentais para viabilizar novas plantas industriais, resguardar equipamentos tecnológicos sensíveis e assegurar o pleno desenvolvimento das atividades agropecuárias e fabris.

-  **PROPOSTA DE SOLUÇÃO** - O Estado deve atuar não apenas como cobrador, mas como indutor e ponte institucional com o Governo Federal (MME/ANEEL). Propõe-se avaliar alternativas de estímulo, como mecanismos de subvenção financeira ou aportes estaduais, que permitam à concessionária antecipar pesados investimentos em infraestrutura (CAPEX) para parques industriais e rurais sem que isso represente quebra da modicidade tarifária (sem aumento do custo final na conta de energia do consumidor).

1.3. INTEGRAÇÃO MULTIMODAL: FERROVIAS, AEROPORTOS E DUTOVIAS

-  **DESAFIO** - A oportunidade de ampliar a utilização dos entroncamentos ferroviários estratégicos (FNS x FICO), expandir a infraestrutura dutoviária e concluir a operacionalização plena do Aeroporto de Cargas de Anápolis.
-  **JUSTIFICATIVA** - A diversificação da matriz de transportes para além do modal rodoviário reduz os custos logísticos de granéis líquidos e sólidos, estimulando a atração de novos complexos industriais de alto valor agregado ao território goiano.

 PROPOSTA DE SOLUÇÃO

- a) Ferrovias e Dutovias:** Estruturar PPPs para novas ligações ferroviárias regionais, com prioridade para: 1) o trecho Rio Verde/Ferrovia Norte-Sul - Alto Taquari/Ferronorte; viabilização do modal ferroviário ligando Goiás à Vitória/ES, pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), importante malha ferroviária administrada pela VLI Multimodal e responsável por integrar as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, e incentivar fortemente a construção de dutos para transporte logístico de biocombustíveis.
- b) Aeroportos:** Solucionar entraves jurídicos do Aeroporto de Anápolis e conceder sua gestão integrada ao DAIA; criar programa para adequação de aeródromos regionais com balizamento noturno.
- c) Hub Regional:** Liderar articulação com a ANTT para efetivar o Hub Norte Goiano.

1.4. GOIÁS 5G INDUSTRIAL E AGROCONECTIVIDADE

-  **DESAFIO** - A cobertura de telecomunicações ainda heterogênea em áreas rurais, distritos industriais e determinados trechos rodoviários, limitando o alcance pleno da conectividade digital.
-  **JUSTIFICATIVA** - A conectividade móvel de alta velocidade e baixa latência é pré-requisito indispensável para o rastreamento logístico de cargas, automação fabril, avanço da agricultura de precisão e emissão remota e ágil de documentos eletrônicos (NF-e/GTA).

-  **PROPOSTA DE SOLUÇÃO** - Universalizar a cobertura 4G/5G, padronizar a “Lei das Antenas” nos municípios, exigir contratualmente sinal de dados nas concessões rodoviárias e subsidiar a implantação de redes 5G privadas em grandes plantas produtivas.

1.5. MOBILIDADE URBANA E LOGÍSTICA METROPOLITANA

 **DESAFIO** - Os desafios de fluidez no tráfego urbano e a necessidade de aprimoramento contínuo da infraestrutura de transporte público nas regiões metropolitanas.

 **JUSTIFICATIVA** - A eficiência na mobilidade urbana otimiza a logística de distribuição e entrega (last mile) do comércio e dos serviços, proporcionando maior pontualidade, segurança e qualidade de vida aos trabalhadores.

 **PROPOSTA DE SOLUÇÃO** - O Estado deve intervir de forma prática na matriz de mobilidade através da institucionalização do cofinanciamento estadual permanente do déficit tarifário metropolitano (garantindo passagens acessíveis sem quebrar o sistema) e assumindo diretamente a captação de recursos e a execução de grandes infraestruturas de massa (como expansão de eixos de BRT e VLT intermunicipais), integrando essas obras ao desenvolvimento dos polos comerciais.

1.6. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E NOVOS COMBUSTÍVEIS (MERCADOS ÂNCORA)

 **DESAFIO** - O potencial expressivo de Goiás para liderar a produção de combustíveis sustentáveis (Biometano, Hidrogênio Verde e SAF - Combustível Sustentável de Aviação) requer mecanismos estruturados de previsibilidade e consumo inicial.

 **JUSTIFICATIVA** - O posicionamento estratégico do Estado na economia de baixo carbono consolida novos investimentos e fortalece a cadeia sucroenergética e agroindustrial mediante a segurança na demanda de mercado.

 **PROPOSTA DE SOLUÇÃO** - O Governo de Goiás deve assumir o papel de “comprador âncora” (anchor market). Estabelecer políticas de aquisição estadual onde parte da frota do transporte público metropolitano e dos veículos oficiais do Estado passem a ser movidos a biometano/ biogás gerados pelo agronegócio local. Paralelamente, articular com companhias aéreas e a indústria sucroenergética garantias de escoamento para o desenvolvimento das primeiras plantas de Hidrogênio Verde e SAF no Estado.

TRANSIÇÃO TRIBUTÁRIA, AMBIENTE FISCAL E COMPETITIVIDADE

2.1. PROGRAMA “GOIÁS EM TRANSIÇÃO” E DEFESA DO SIMPLES



DESAFIO - A implementação do IBS/CBS exigirá expressivas adequações procedimentais e tecnológicas, demandando especial atenção à capacidade operacional das micro e pequenas empresas.



JUSTIFICATIVA - É indispensável assegurar um ambiente de transição pautado na conformidade cooperativa e na capacitação do contribuinte, garantindo a correção espontânea de inconsistências formais e preservando a sustentabilidade financeira dos pequenos negócios.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Instituir o princípio da “orientação antes da punição” durante a transição. Exigir no Comitê Gestor do IBS a máxima simplificação, equiparar o sublimite do Simples (R\$ 3,6 mi) ao teto federal (R\$ 4,8 mi) e garantir transição suave para empresas em crescimento.

2.2. REVISÃO DA VINCULAÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO (IN 1.608/2025)



DESAFIO - A exigência da Instrução Normativa nº 1.608/2025-GSE quanto à interligação imediata entre sistemas de pagamento eletrônico e emissores fiscais demanda adaptações tecnológicas complexas para o pequeno varejo.



JUSTIFICATIVA - A concessão de prazos adequados e soluções integradas evita custos desproporcionais aos estabelecimentos de menor porte e assegura uma adaptação harmônica às normas tributárias.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Reavaliação do modelo para os optantes do Simples Nacional, garantindo uma moratória sancionatória enquanto perdurar o período de adaptação, e estabelecendo dispensa definitiva ou tratamento simplificado (ex: Nota Fiscal Fácil) para empresas de microfaturamento.

2.3. REDUÇÃO DO CUSTO CARTORIAL E EMOLUMENTOS



DESAFIO - O custo de registros públicos e atos notariais em Goiás apresenta acréscimos legais relevantes sobre os emolumentos (Lei Estadual nº 19.191/2015), além de incidências como o DIFAL nestes serviços.



JUSTIFICATIVA - A racionalização e a previsibilidade dessas taxas conferem maior dinamismo às operações de crédito produtivo, estruturação de garantias contratuais e formalização de investimentos empresariais.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Revisar a Lei nº 19.191/2015 reavaliando a alíquota dos fundos incidentes, extinguir o DIFAL cartorial e instituir um teto nominal de cobrança para atos empresariais recorrentes.

2.4. PROGRAMA “GOIÁS RECUPERA” E RACIONALIZAÇÃO DO CONTENCIOSO



DESAFIO - O volume representativo de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, o patamar elevado de multas fiscais e a necessidade de condições de parcelamento mais estendidas.



JUSTIFICATIVA - O aprimoramento dos instrumentos de conciliação e transação tributária favorece a regularização das empresas, desonera o contencioso administrativo e judicial e restabelece a capacidade de investimento dos contribuintes.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Criar programa permanente de transação tributária para dar baixa em créditos irre recuperáveis. Limitar multas punitivas a 25% do tributo em lei; revogar a IN 1118/12 garantindo parcelamentos de 60 meses; e apoiar a criação de Câmaras Especializadas em Direito Público no TJ-GO.

2.5. DESONERAÇÃO DE BENS DE CAPITAL E DESTRAVAMENTO DE CRÉDITOS



DESAFIO - A incidência de DIFAL na aquisição interestadual de máquinas industriais e as regras da IN 990/10 sobre a compensação e aproveitamento de saldos credores de ICMS.



JUSTIFICATIVA - A desoneração de maquinários e a monetização ágil de créditos tributários acumulados impulsionam a modernização tecnológica do parque produtivo goiano e destravam recursos para novos investimentos.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Conceder isenção integral do DIFAL para MPEs (via Lei Estadual) e para a aquisição interestadual de máquinas industriais destinadas ao ativo imobilizado. Revogar as restrições da IN 990/10, criando um “Fast Track” para troca de créditos de ICMS por investimentos privados em infraestrutura viária.

2.6. ACESSO AO CRÉDITO PRODUTIVO (GOIÁS FOMENTO)



DESAFIO - As barreiras de acesso e garantias reais exigidas no sistema financeiro tradicional para obtenção de financiamentos de longo prazo pelas micro e pequenas empresas.



JUSTIFICATIVA - O crédito de fomento estruturado é um instrumento multiplicador de competitividade, permitindo a digitalização, a eficiência energética e a expansão sustentável dos negócios no interior do Estado.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Fortalecer o caixa da Goiás Fomento para criar linhas específicas, desburocratizadas e subsidiadas focadas na inovação, eficiência energética, capital de giro e transformação digital das micro e pequenas empresas.

MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE

3.1. REVISÃO DO SISTEMA IPÊ E “GATILHO DE EFICIÊNCIA”



DESAFIO - A necessidade de aprimorar a celeridade, a previsibilidade e a padronização na tramitação de processos nos sistemas de licenciamento ambiental e outorga hídrica (IPÊ e VEREDAS).



JUSTIFICATIVA - A modernização dos processos ambientais confere agilidade aos investimentos sustentáveis e segurança jurídica aos empreendedores, permitindo que a gestão ambiental concentre seus recursos nas atividades de maior relevância de impacto.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Adotar Inteligência Artificial para triagem de risco; estabelecer prazos máximos com aprovação tácita para baixo impacto; descentralizar o licenciamento para os municípios (Programa Município Verde); e equiparar a legislação estadual (Lei 20.694/2019) à nacional no tocante às dispensas de licenciamento.

3.2. MATRIZ DE RESERVAÇÃO HÍDRICA E REUSO INDUSTRIAL



DESAFIO - As variações sazonais de disponibilidade de água durante o período de estiagem nas bacias hidrográficas de maior adensamento populacional e econômico.



JUSTIFICATIVA - A implantação de barramentos multiuso e reservatórios de acumulação, somada ao reuso de água tratada para a indústria, assegura a sustentabilidade hídrica indispensável ao abastecimento humano e às atividades produtivas.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Construir barramentos multiuso (acumulação de cheias) e expandir 250 mil hectares de agricultura irrigada (Vale do Araguaia e Leste). Incentivar ETAs de Reuso para canalizar efluentes tratados aos polos industriais.

3.3. POLÍTICA DE BIOGÁS E MERCADO DE CARBONO



DESAFIO - Os custos de implantação de usinas de biogás a partir de resíduos agropecuários e a oportunidade de consolidação do marco regulatório estadual de créditos de carbono.



JUSTIFICATIVA - A valorização energética de resíduos e a remuneração por serviços ambientais posicionam Goiás na vanguarda da economia circular e sustentável, gerando novas fontes de receita e energia limpa.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Conceder redução tributária em equipamentos para usinas de biometano. Regulamentar o mercado estadual de Créditos de Carbono e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para remunerar quem conserva o Cerrado, além de fomentar centros de triagem para cooperativas de reciclagem.

3.4. GERENCIAMENTO E REABILITAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS



DESAFIO - A oportunidade de estruturar procedimentos técnicos claros e padronizados para a investigação, remediação e reuso de imóveis desativados ou antigas áreas industriais.



JUSTIFICATIVA - A clareza regulatória confere segurança técnica e jurídica aos investidores, viabilizando a reabilitação ambiental e a revitalização econômica de áreas industriais estrategicamente posicionadas.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Instituir a Política Estadual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas junto à SEMAD, com protocolos padronizados de remediação, cadastro unificado e fluxos claros que permitam a reabilitação rápida e segura desses imóveis para novas indústrias.

3.5. HARMONIZAÇÃO REGULATÓRIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



DESAFIO - Adequar a aplicação da Resolução CERHi nº 70/2024 à realidade hidrológica goiana, marcada pela expressiva sazonalidade e presença de cursos d'água intermitentes, viabilizando o manejo seguro e técnico do deságue operacional e de descomissionamento de projetos minerais.



JUSTIFICATIVA - A compatibilização com as diretrizes federais (ANA e Resolução CONAMA nº 430/2011) e com referências de outros estados assegura rigor técnico e proteção ambiental por meio de estudos de autodepuração e monitoramento sazonal, garantindo previsibilidade e sustentabilidade às operações.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Aprimoramento do art. 8º da Resolução CERHi nº 70/2024 para prever critérios técnicos de lançamento de efluentes tratados em corpos intermitentes, condicionados à comprovação de autodepuração, planos de monitoramento específicos para períodos de seca/chuva e observância às metas de enquadramento do corpo hídrico.

3.6. OPERACIONALIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL



DESAFIO - Efetivar a aplicação da modalidade indireta de compensação ambiental prevista na Instrução Normativa nº 02/2021, viabilizando o aporte financeiro pelos empreendedores em conformidade com as diretrizes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.



JUSTIFICATIVA - A disponibilização do canal de depósito financeiro confere celeridade ao cumprimento das obrigações ambientais, permitindo a canalização ágil de investimentos privados para a conservação e gestão de unidades de conservação em Goiás.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Conclusão da estruturação do Fundo Estadual de Meio Ambiente para recepção dos depósitos de compensação indireta ou, alternativamente, estabelecimento de mecanismo transitório de conta caução/vinculada para viabilizar a quitação regular dos compromissos pactuados.

3.7. COOPERAÇÃO TÉCNICA E TRANSIÇÃO GRADUAL NO SISTEMA IPÊ



DESAFIO - Estabelecer um fluxo harmonioso de migração para o Sistema IPÊ (IN nº 15/2025), garantindo a continuidade das operações e dos planos de investimento durante o período de adaptação e consolidação técnica da plataforma.



JUSTIFICATIVA - A transição gradual entre sistemas valoriza os atos administrativos já consolidados (licenças válidas emitidas via SGA/SEI) e concede o tempo necessário para o aperfeiçoamento das rotinas digitais, sem prejuízo aos cronogramas de implantação e expansão industrial.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Adoção de procedimento facilitado de transição para empreendimentos com Licença de Operação (LO) válida, permitindo a integração direta e mantendo os prazos vigentes até o momento regular de renovação (120 dias antes do vencimento), em conjunto com canal permanente de diálogo técnico para ajustes pontuais no sistema.

3.6. OPERACIONALIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL



DESAFIO - Efetivar a aplicação da modalidade indireta de compensação ambiental prevista na Instrução Normativa nº 02/2021, viabilizando o aporte financeiro pelos empreendedores em conformidade com as diretrizes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.



JUSTIFICATIVA - A disponibilização do canal de depósito financeiro confere celeridade ao cumprimento das obrigações ambientais, permitindo a canalização ágil de investimentos privados para a conservação e gestão de unidades de conservação em Goiás.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Conclusão da estruturação do Fundo Estadual de Meio Ambiente para recepção dos depósitos de compensação indireta ou, alternativamente, estabelecimento de mecanismo transitório de conta caução/vinculada para viabilizar a quitação regular dos compromissos pactuados.

AGROPECUÁRIA, AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E SANIDADE

4.1. FUNDO ESTADUAL DE SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL



DESAFIO - A exposição das atividades agropecuárias a eventos climáticos atípicos, tais como estiagens e veranicos prolongados.



JUSTIFICATIVA - A instituição de uma subvenção estadual que complemente as apólices federais resguarda a estabilidade financeira dos produtores, prevenindo a inadimplência e sustentando a liderança goiana no agronegócio.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Criar e operacionalizar o Fundo Estadual de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, atuando de forma complementar aos recursos federais, com a meta de triplicar a área agropecuária protegida em Goiás.

4.2. GESTÃO INTEGRADA DE FAUNA E ESPÉCIES INVASORAS



DESAFIO - O crescimento populacional de espécies exóticas invasoras, em especial o javali e seus cruzamentos, com impactos nas lavouras e necessidade de atenção sanitária contínua.



JUSTIFICATIVA - O controle populacional e manejo técnico da fauna nociva preserva a produtividade agrícola e reforça os parâmetros de biossegurança do rebanho estadual.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Estruturar um programa estadual de monitoramento, controle ostensivo e manejo populacional da fauna nociva, estabelecendo regras claras e desburocratizadas para o abate sanitário e promovendo a convivência sustentável com espécies nativas.

4.3. SANIDADE ANIMAL E PADRONIZAÇÃO DE GRÃOS



DESAFIO - As exigências permanentes de erradicação de enfermidades como Brucelose e Tuberculose e a necessidade de critérios uniformes e transparentes na classificação comercial de grãos.



JUSTIFICATIVA - O rigor sanitário assegura o acesso aos mercados mais exigentes, enquanto a padronização laboratorial de contraprova confere segurança e equilíbrio às relações comerciais.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Expandir a rastreabilidade digital animal com subsídios para pequenos produtores. Criar a Rede Estadual de Laboratórios Credenciados para testes de contraprova na classificação oficial de grãos.

4.4. PARCERIA ESTRATÉGICA GOVERNO DE GOIÁS E FUNDEPEC-GOIÁS EM SANIDADE ANIMAL



DESAFIO - A necessidade de aprimorar continuamente os mecanismos de resposta rápida, vigilância sanitária ativa e prontidão técnica e indenizatória frente a potenciais ameaças de emergências zoonosológicas que possam comprometer o rebanho estadual.



JUSTIFICATIVA - A consolidação de parcerias sólidas entre a administração pública e o fundo privado de defesa sanitária assegura agilidade operacional, sustentabilidade na prevenção de enfermidades e proteção indispensável ao status sanitário internacional da pecuária goiana.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Ampliar e fortalecer as parcerias de cooperação técnica e operacional entre o Governo de Goiás e o FUNDEPEC-GOIÁS, estabelecendo uma governança coordenada para atuação ágil em ações preventivas e emergenciais de sanidade animal, pautada nas seguintes diretrizes:

- a) Desenvolver programas conjuntos de prevenção, vigilância sanitária contínua e monitoramento sorológico permanente;
- b) Apoiar e massificar ações de educação sanitária, capacitação técnica e conscientização preventiva junto aos produtores rurais em todas as regiões do Estado.

4.5. SILVICULTURA E CONVERSÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS



DESAFIO - O atendimento à demanda industrial por biomassa e madeira, aliado à oportunidade de recuperação produtiva em áreas de pastagens de baixa eficiência.



JUSTIFICATIVA - O incentivo ao plantio de florestas cultivadas e a conversão de solos via sistemas integrados (ILPF) expandem a produção sustentável de grãos, carne e madeira com fixação de carbono.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Implementar o Plano Diretor Florestal de Goiás e criar linhas de financiamento para converter pastagens degradadas em sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF).

COMÉRCIO, SERVIÇOS, ECONOMIA URBANA E TURISMO

5.1. COMPETITIVIDADE DO ENTORNO (RIDE-DF)



DESAFIO - A assimetria no ambiente tributário e regulatório dos municípios goianos da Região Integrada de Desenvolvimento do DF em relação à capital federal.



JUSTIFICATIVA - A adoção de políticas tributárias e de atração de investimentos diferenciadas fortalece a base produtiva e comercial local, estimulando a geração de empregos e a retenção de riquezas no Estado.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Instituir uma política tributária e de atração de investimentos agressiva, específica e diferenciada para a RIDE-DF, equalizando o Custo Goiás e consolidando polos comerciais e industriais robustos nos municípios de fronteira.

5.2. COMÉRCIO EXTERIOR E INSERÇÃO GLOBAL



DESAFIO - A oportunidade de diversificar a pauta de exportações de Goiás e ampliar a inserção da indústria de transformação e de médias empresas no comércio internacional.



JUSTIFICATIVA - A agregação de valor aos produtos locais e o apoio a certificações internacionais elevam a sofisticação da produção estadual e favorecem a atração de investimentos externos.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Estruturar uma Política Estadual de Internacionalização da Indústria (com Observatório de Comércio Exterior). Fomentar o desenvolvimento e a adequação técnica de fornecedores goianos para as cadeias globais, financiando a obtenção de certificações sanitárias e técnicas exigidas por mercados estratégicos.

5.3. COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL, INFORMALIDADE E PIRATARIA



DESAFIO - A concorrência estabelecida por mercadorias irregulares, produtos contrafeitos ou desprovidos de tributação equivalente nos canais físicos e digitais.



JUSTIFICATIVA - A fiscalização cooperativa e integrada valoriza as empresas formalmente estabelecidas, resguarda os direitos do consumidor e assegura a sustentabilidade dos empregos formais.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Isonomia tributária estadual rigorosa sobre plataformas de e-commerce internacionais. Força-tarefa integrada (Receita, Segurança Pública) com inteligência fiscal nas divisas para coibir cargas sem nota e pirataria.

5.4. SEGURANÇA PÚBLICA CIBERNÉTICA, URBANA E RURAL



DESAFIO - A ocorrência de fraudes eletrônicas nas relações comerciais e de furtos e roubos de insumos agrícolas, gado e cargas nas rodovias e centros urbanos.



JUSTIFICATIVA - O fortalecimento da inteligência policial e o videomonitoramento inteligente preservam o patrimônio de produtores e comerciantes, promovendo tranquilidade aos negócios e cidadãos.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Criar núcleo especializado na Polícia Civil focado em crimes cibernéticos contra o setor produtivo. Ampliar o Batalhão Rural com cercamento digital e uso de videomonitoramento inteligente em corredores comerciais.

5.5. GOVERNANÇA E EIXOS ESTRATÉGICOS DO TURISMO



DESAFIO - A oportunidade de estruturar e promover de forma integrada os atrativos naturais, culturais, gastronômicos e de eventos distribuídos pelas diversas regiões de Goiás.



JUSTIFICATIVA - O turismo e a economia de eventos são setores com alto poder de geração de empregos para a juventude, interiorização de renda e desenvolvimento da cadeia de hospitalidade.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Estruturar os 9 Eixos do Turismo da ONU, transformar Goiânia na capital de eventos de negócios e apoiar a adequação da rede hoteleira aos padrões de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI).

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

6.1. PROGRAMA “GOIÁS TALENTOS” E QUALIFICAÇÃO EM MASSA



DESAFIO - A crescente procura do setor produtivo por profissionais com qualificação técnica voltada às tecnologias digitais e automação industrial.



JUSTIFICATIVA - A oferta contínua de cursos técnicos alinhados às necessidades reais do mercado viabiliza a plena operação de maquinários modernos e proporciona melhores oportunidades de emprego e renda aos trabalhadores.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Formar, via parceria Governo + Sistema S, 80.000 profissionais, priorizando Robótica, Ciência de Dados, IA, agricultura digital e gestão. Converter programas sociais em “Goiás Primeira Oportunidade” (estágios integrados à manufatura).

6.2. PACTO GOIÁS PELA INOVAÇÃO E ENCOMENDAS TECNOLÓGICAS

-  **DESAFIO** - A ampliação da adoção da Indústria 4.0 por pequenas indústrias e o estreitamento das parcerias de pesquisa aplicada entre universidades e empresas.
-  **JUSTIFICATIVA** - O desenvolvimento regional de tecnologias aplicadas (como bioinsumos e inteligência artificial) atende às particularidades da produção local e eleva a eficiência da manufatura e do campo.
-  **PROPOSTA DE SOLUÇÃO** - Reforçar o orçamento da FAPEG para subsidiar subvenções econômicas a startups e instituir programas de “Encomendas Tecnológicas”, financiando consórcios entre indústrias e institutos de pesquisa para resolver gargalos concretos do setor produtivo.

POLÍTICAS SETORIAIS ESPECÍFICAS E CADEIAS INDUSTRIAIS CRÍTICAS

7.1. CADEIA DA MODA, VESTUÁRIO E CALÇADOS

-  **DESAFIO** - A forte concorrência de artigos importados e a necessidade de consolidação de fornecedores de insumos básicos (tecidos, solados) no Estado.
-  **JUSTIFICATIVA** - O adensamento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e a capacitação contínua fortalecem a cadeia de confecção e calçados, tradicionalmente intensiva na geração de empregos em Goiás.
-  **PROPOSTA DE SOLUÇÃO** - Estruturar formalmente um Arranjo Produtivo Local (APL) para o setor calçadista e de confecção. Utilizar as compras governamentais (uniformes, botas de segurança e EPIs) para priorizar a aquisição exclusiva da indústria local. Lançar o selo “Se é Goiano, é Bom” e massificar o ensino dual (Estado/SENAI) de costura industrial.

7.2. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, TRIGO E MOAGEM



DESAFIO - A manutenção do equilíbrio concorrencial frente aos estados vizinhos, a instabilidade nos custos de produção da cadeia do trigo e a escassez severa e crônica de infraestrutura de armazenagem (silos industriais). Além disso, os moinhos enfrentam altos custos de garantia para fomentar o plantio regional.



JUSTIFICATIVA - A previsibilidade nas diretrizes tributárias é o que assegura investimentos contínuos e contribui diretamente para a modicidade de preços de produtos essenciais da cesta básica. Simultaneamente, superar o déficit de estocagem é vital para destravar a capacidade de produção e permitir o escalonamento do processamento, evitando que a indústria fique refém de fretes supervalorizados nos picos de safra.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Prorrogar incondicionalmente a vigência do benefício de ICMS (Art. 8º, VIII, do Anexo IX do RCTE/ GO) para as indústrias de panificação até 2030. Conceder isenção interna de ICMS ao arroz e feijão industrializados localmente, com adesão ao Convênio CONFAZ 224/17. Viabilizar linhas de crédito estruturado específicas e subvenção financeira via Goiás Fomento direcionadas unicamente para a construção de silos industriais vinculados às unidades fabris goianas. Implementar suporte e subsídio estadual parcial ao prêmio do Seguro de Crédito Agrícola para fomentar as safras de trigo no Estado.

7.3. CONSTRUÇÃO CIVIL E CURTUMES



DESAFIO - A oportunidade de aprimorar os modelos de financiamento e contratação habitacional social e harmonizar normas ambientais setoriais com proporcionalidade de técnica.



JUSTIFICATIVA - Fluxos ágeis na contratação habitacional e regras ambientais dimensionadas à realidade fabril viabilizam programas de moradia popular e conferem segurança operacional às empresas.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Pagar as obras sociais da AGEHAB com repasses do Tesouro/Protege, sem atrelar a quitação de ICMS. Adequar com razoabilidade o licenciamento de curtumes (Decreto Estadual nº 10.371/2023), esticando o limite da classificação de potencial poluidor 5 para até 5.999 couros diários.

7.4. METALMECÂNICA E REPARAÇÃO AUTOMOTIVA



DESAFIO - A demanda por infraestrutura laboratorial estadual para certificação de projetos elétricos e a transição tecnológica das oficinas para atendimento à frota de veículos híbridos e elétricos.



JUSTIFICATIVA - A estruturação de laboratórios locais e o apoio à modernização técnica diminuem custos logísticos e elevam a qualidade dos serviços prestados em todo o território goiano.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Cofinanciar, via FAPEG/Concessionária, a estruturação plena do Laboratório de Ensaios Elétricos de Alta Potência na UFG. Lançar linha de crédito subsidiado “PRO-REPARA GOIÁS” para oficinas adquirirem scanners e equipamentos para frota eletrificada.

7.5. LICENCIAMENTO DE COMPLEXOS MINERÁRIOS



DESAFIO - Otimizar o enquadramento de Complexos Minerários na Instrução Normativa nº 10/2025 e no Sistema IPÊ, unificando a análise de estruturas acessórias situadas na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e uniformizando o parâmetro de mensuração de porte.



JUSTIFICATIVA - O tratamento integrado das atividades acessórias (como adutoras, acessos e subestações) em um único processo confere visão holística dos impactos ao órgão ambiental, reduz retrabalho processual e assegura maior agilidade e clareza para a administração pública e para o setor produtivo.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Parametrização do Sistema IPÊ para absorver as atividades acessórias no escopo do licenciamento do complexo minerário e consolidação expressa do volume de ROM (Run of Mine) como métrica de referência para a definição de porte e potencial poluidor.

7.6. ALINHAMENTO INSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA NA APLICAÇÃO DA CFEM



DESAFIO - Delimitar com clareza as esferas de competência técnica nos processos de licenciamento ambiental, evitando a sobreposição de discussões sobre a gestão e destinação dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).



JUSTIFICATIVA - A CFEM possui regramento e governança próprios no âmbito da legislação federal e da Agência Nacional de Mineração (ANM). A dissociação entre o rito de controle ambiental e a gestão de receitas públicas reforça a segurança jurídica e fortalece o ambiente de investimentos no Estado.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Estabelecimento de diretriz conjunta ou orientação normativa orientando que as análises de licenciamento ambiental concentrem-se estritamente nos aspectos técnicos de controle e mitigação de impactos, preservando a autonomia dos mecanismos legais de acompanhamento da CFEM.

7.7. SETOR SUCROENERGÉTICO



DESAFIO - Indústrias possuem altos volumes de crédito de impostos travados nos cofres da SEFAZ e enfrentam defasagem competitiva nos benefícios estaduais de biocombustíveis em relação aos demais estados do Centro-Oeste.



JUSTIFICATIVA - O represamento financeiro trava novos investimentos e paralisa projetos de modernização e ampliação nas usinas, prejudicando o ritmo de geração de empregos na cadeia do agronegócio.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Desenvolver imediatamente ferramentas legais para rápida conversão, homologação e venda desses créditos tributários, com vinculação a contrapartidas de investimento privado nas plantas locais; Isentar integralmente do IPVA veículos fabricados em Goiás equipados com motores Híbrido-Flex, Plug-In Híbrido-Flex ou modelos movidos exclusivamente a etanol, fomentando a pauta ambiental estadual; Incentivar a construção de dutos para transporte de combustíveis.

7.8. INDÚSTRIAS GRÁFICAS



DESAFIO - As licitações do Governo do Estado (secretarias e autarquias) frequentemente agrupam o fornecimento de material gráfico em lotes únicos enormes, inviabilizando a participação direta das gráficas goianas de pequeno e médio porte.



JUSTIFICATIVA - Esse modelo de aquisição concentra o repasse de verba pública nas mãos de poucas grandes empresas ou envia os contratos para fornecedores fora do Estado, ignorando o potencial gerador de empregos regionais.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Dividir obrigatoriamente as grandes licitações estaduais de serviços gráficos em lotes menores regionais. Implementar critérios de pontuação nos editais que valorizem e pontuem positivamente o impacto social e a geração de valor econômico local.

7.9. SETOR DE MATERIAL PLÁSTICO



DESAFIO - Desvantagem competitiva e de carga tributária das empresas instaladas em Goiás, agravada pelas incertezas do fim dos atuais incentivos devido à Reforma Tributária. Alta informalidade na etapa de compra e venda de matéria-prima para reciclagem.



JUSTIFICATIVA - Garantir o tratamento fiscal equânime preserva as fábricas já instaladas. Na área da sustentabilidade, quem recicla plástico opera hoje em um ambiente burocrático e sem vantagens diretas claras, o que prejudica a indústria e o meio ambiente.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Equalizar a tributação das indústrias plásticas enquadradas nos regimes de Lucro Real e Presumido, fixando a carga em 4,35%, para acompanhar os parâmetros dos estados concorrentes. Dobrar o benefício (de 5% para 10%) no crédito outorgado de ICMS para as indústrias que comprovarem a aquisição interna de grão lavado e aparas plásticas, formalizando e incentivando a reciclagem local.

7.10. INDÚSTRIAS QUÍMICAS



DESAFIO - Tempo de tramitação burocrática abusivo na Vigilância Sanitária estadual. Plantas prontas de cosméticos, fertilizantes e saneantes aguardam meses por vistorias e aprovações documentais.



JUSTIFICATIVA - Nenhum industrial imobiliza dezenas de milhões de reais em maquinário e instalações para deixar a planta desligada esperando um carimbo estatal. O tempo morto de emissão de alvarás adia contratações e reduz o recolhimento de tributos.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Propor Lei Estadual fixando prazo fatal (improrrogável) e razoável em dias para análise técnica conclusiva de Alvarás Sanitários, impondo a digitalização total do protocolo documental na Vigilância e no Corpo de Bombeiros.

7.11. SETOR DE PRODUTOS DE CIMENTO



DESAFIO - Artefatos, blocos e estruturas pré-moldadas feitas de cimento enfrentam concorrência direta de estados litorâneos e do sudeste, que oferecem isenções agressivas.



JUSTIFICATIVA - O setor de pré-moldados é indutor essencial do barateamento e velocidade da construção civil. A assimetria de preços pune construtoras locais e encarece o metro quadrado para o comprador final goiano.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Adotar os mesmos parâmetros de Estados como Minas Gerais e Espírito Santo, instituindo, via Conselho Deliberativo, a alíquota final de 2% (ICMS efetivo pelo ProGoiás) para pré-fabricados e pré-moldados industriais em todo o território.

COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR INCLUSÃO SOCIAL

8.1. POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO



DESAFIO - A ampliação do acesso das cooperativas a fundos de financiamento e a certames de compras públicas de serviços estaduais.



JUSTIFICATIVA - O sistema cooperativista possui destacada capilaridade social e econômica, promovendo a inclusão financeira, a agregação de valor à produção e a distribuição de renda no interior.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Garantir o acesso pleno ao Fundo de Equalização (FUNDEQ) para as cooperativas de crédito. Ampliar, mediante editais, a participação de cooperativas em licitações estratégicas (transporte escolar, limpeza e facilities).

8.2. TRIBUTAÇÃO E SAÚDE SUPLEMENTAR COOPERATIVA



DESAFIO - Assegurar tratamento tributário adequado aos atos cooperativos em áreas essenciais de atenção à saúde e na aquisição de medicamentos de alto custo.



JUSTIFICATIVA - A redução de encargos fiscais sobre serviços de saúde cooperados amplia o atendimento aos cidadãos e complementa a rede pública de assistência médica.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Criar mecanismo legal para a eliminação da tributação estadual incidente sobre a aquisição de medicamentos de alto custo por cooperativas de saúde. Viabilizar o oferecimento de planos odontológicos cooperativos aos servidores públicos estaduais.

8.3. AGRICULTURA FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL



DESAFIO - O fortalecimento da mecanização e a adoção de tecnologias nas pequenas propriedades para promover a sucessão familiar e a eficiência produtiva.



JUSTIFICATIVA - O acesso a microcrédito orientado e equipamentos modernos eleva a produtividade das famílias no campo e assegura o abastecimento de alimentos nas cidades.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Destinar recursos do Fundo Protege para microcrédito na compra de kits de irrigação e ordenhadeiras. Transformar feiras em Mercados do Produtor refrigerados e atrelados a um aplicativo oficial de venda direta ao consumidor.

GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS

9.1. INSTÂNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE GRANDES INVESTIMENTOS



DESAFIO - A coordenação intersetorial célere entre as diversas pastas estaduais envolvidas na implantação de projetos de grande relevância econômica.



JUSTIFICATIVA - Uma governança integrada e resolutiva confere segurança, previsibilidade e agilidade aos investimentos estratégicos que geram empregos no Estado.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Criar um Comitê de Articulação Executiva ligado diretamente ao Gabinete do Governador para garantir a coordenação interinstitucional e a resolução ágil e paralela de gargalos operacionais, hídricos e energéticos de projetos bilionários.

9.2. FÓRUM PERMANENTE DE COMPETITIVIDADE



DESAFIO - A consolidação de instrumentos contínuos de diálogo e monitoramento de indicadores estratégicos ao longo do ciclo governamental.



JUSTIFICATIVA - O acompanhamento técnico e compartilhado fortalece a transparência, a segurança regulatória e o cumprimento efetivo das metas acordadas para o desenvolvimento de Goiás.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO - Manter o FEE como instância consultiva obrigatória para o crivo técnico prévio de alterações fiscais ou regulatórias relevantes. O Governo deverá instituir um Dashboard Público de Indicadores (velocidade do sistema, liberação de rede elétrica e rodovias entregues) com prestação de contas trimestral ao Fórum.

CADERNO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS

Mapeamento prioritário consolidado pelo setor produtivo para eliminação de gargalos logísticos no território goiano (Pavimentação, Duplicação e Recuperação até 2030).

RODOVIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	TRECHO PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTO
GO-001	CONSTRUÇÃO	Estrada do Boi (Jussara)
GO-002	CONSTRUÇÃO	Estrada Chapada das Covas
GO-010	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-436 até BR-251 (Luziânia)
GO-010	DUPLICAÇÃO	Trevo do Batata / Entr. GO-415 / Final Perímetro Urbano Leopoldo de Bulhões
GO-010	DUPLICAÇÃO	Final P.U. Leopoldo de Bulhões / Início P.U. Vianópolis
GO-020	CONSTRUÇÃO	Entr. BR-050 até Divisa GO/MG
GO-040	CONSTRUÇÃO	Bom Jesus de Goiás até Inaciolândia
GO-050	CONSTRUÇÃO	Palminópolis até São João da Paraúna
GO-060	DUPLICAÇÃO	Trindade / Santa Bárbara de Goiás
GO-060	DUPLICAÇÃO	Santa Bárbara de Goiás / Nazário
GO-060	DUPLICAÇÃO	Nazário / Turvânia
GO-060	DUPLICAÇÃO	Turvânia / São Luís de Montes Belos
GO-070	CONSTRUÇÃO	Matrinchã / Entr. GO-530 (Aruanã)
GO-080	CONSTRUÇÃO	Barro Alto até Entr. GO-237 (Niquelândia)
GO-108	CONSTRUÇÃO	Sítio D'Abadia até Divisa com MG
GO-112	CONSTRUÇÃO	Nova Roma até Prata

CADERNO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS

Mapeamento prioritário consolidado pelo setor produtivo para eliminação de gargalos logísticos no território goiano (Pavimentação, Duplicação e Recuperação até 2030).

RODOVIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	TRECHO PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTO
GO-114	CONSTRUÇÃO	Flores de Goiás até Entr. GO-239 (Alto Paraíso)
GO-116	CONSTRUÇÃO	Trevo Salto Itiquira até km 60
GO-132	CONSTRUÇÃO	Santo Antônio da Cana Brava (Minaçu) até Divisa TO
GO-151	CONSTRUÇÃO	Amaralina a Mutunópolis
GO-154	CONSTRUÇÃO	Novo Planalto / Divisa GO-TO
GO-154	CONSTRUÇÃO	Araçu até Entr. GO-566 (Ordália)
GO-156	CONSTRUÇÃO	Morro Agudo de Goiás / Entr. GO-434 (Valdelândia)
GO-162	CONSTRUÇÃO	Entr. BR-060 até Jandaia
GO-164	CONSTRUÇÃO	Itaguaçu até Entr. GO-302 (Lagoa Santa)
GO-164	DUPLICAÇÃO	São Miguel do Araguaia / Divisa GO-TO
GO-164	DUPLICAÇÃO	Entr. GO-230 / Faina
GO-164	DUPLICAÇÃO	Faina / Araguapaz
GO-164	DUPLICAÇÃO	Araguapaz / Mozarlândia
GO-164	DUPLICAÇÃO	Mozarlândia / Nova Crixás
GO-164	DUPLICAÇÃO	Nova Crixás / São Miguel do Araguaia

CADERNO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS

Mapeamento prioritário consolidado pelo setor produtivo para eliminação de gargalos logísticos no território goiano (Pavimentação, Duplicação e Recuperação até 2030).

RODOVIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	TRECHO PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTO
GO-173	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-530 (Aruanã) até Entr. GO-454 (Cocalinho)
GO-174	DUPLICAÇÃO	Perímetro urbano de Montividiu
GO-180	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-306 até rodovia planejada GO - 180 (Jataí)
GO-184	CONSTRUÇÃO	Entr. BR-158 até Entr. GO-220 (Caiapônia)
GO-206	RECUPERAÇÃO	Revitalização Integral: Caçu a Lagoa Santa
GO-219	CONSTRUÇÃO	Buritizinho / Entr. GO-309 até Orizona
GO-225	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-547(A) / Entr. GO-139(B) (Alexânia)
GO-237	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-517/Sucuri
GO-239	CONSTRUÇÃO	Amaralina até Entr. GO-156 (Uirapuru)
GO-302	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-164 até Lagoa Santa
GO-306	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-178 até Caçu
GO-306	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-184 / Serranópolis
GO-307	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-020 até Ipameri
GO-309	CONSTRUÇÃO	Pires do Rio até Alto Alvorada
GO-320	CONSTRUÇÃO	Ivolândia até Iporá
GO-326	CONSTRUÇÃO	Bacilândia até Jaupaci

CADERNO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS

Mapeamento prioritário consolidado pelo setor produtivo para eliminação de gargalos logísticos no território goiano (Pavimentação, Duplicação e Recuperação até 2030).

RODOVIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	TRECHO PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTO
GO-336	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-164 até Divisa MT (Nova Crixás)
GO-164	DUPLICAÇÃO	Cidade de Goiás / Entr. GO-230
GO-174	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-174 (Rio Verde) até Entr. GO-206 (Caçu)
GO-174	DUPLICAÇÃO	Rio Verde a Montividiu
GO-180	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-206 até Aporé
GO-188	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-221 até Piranhas até Entr. BR-070
GO-213	CONSTRUÇÃO	Aloândia até Entr. BR-153 (Morrinhos)
GO-220	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-341 até Portelândia
GO-237	CONSTRUÇÃO	Entr. BR-010/GO-118/Entr. GO-517 (Água Fria de Goiás)
GO-239	DUPLICAÇÃO	Entr. BR-153 / Início Perímetro Urbano Mara Rosa)
GO-241	CONSTRUÇÃO	Bonópolis / Entr. BR-080
GO-306	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-180 até Entr. GO-178 (Jataí)
GO-306	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-184 (Serranópolis) até Entr. GO-180
GO-307	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-213 até Corumbáiba

CADERNO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS

Mapeamento prioritário consolidado pelo setor produtivo para eliminação de gargalos logísticos no território goiano (Pavimentação, Duplicação e Recuperação até 2030).

RODOVIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	TRECHO PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTO
GO-309	CONSTRUÇÃO	Buritizinho até Entr. BR-050
GO-319	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-320 (Vicentinópolis) até Entr. GO-210
GO-324	CONSTRUÇÃO	Jacilândia até Britânia
GO-326	CONSTRUÇÃO	Bacilândia até Jaupaci
GO-336	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-164 até Divisa MT (Nova Crixás)
GO-341	DUPLICAÇÃO	Perímetro urbano de Mineiros (20 km)
GO-401	CONSTRUÇÃO	KM 41 até Entr. GO-206 (Quirinópolis)
GO-409	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-333 até Acreúna
GO-430	CONSTRUÇÃO	Fim P.U. Planaltina-GO / Entr. GO-230
GO-438	CONSTRUÇÃO	Santa Rita do Novo Destino a Placa
GO-449	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-164 até Matrinchã
GO-456	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-449 até Faina
GO-459	CONSTRUÇÃO	Itapaci até São Luís do Norte
GO-465	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-341 até Doverlândia
GO-467	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-180 até Entr. GO-178 (Jataí)
GO-473	CONSTRUÇÃO	Lagolândia / Vila Propício
GO-479	CONSTRUÇÃO	Lagolândia / Vila Propício
GO-585	CONSTRUÇÃO	Novo Planalto / Divisa GO-TO

CADERNO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS

Mapeamento prioritário consolidado pelo setor produtivo para eliminação de gargalos logísticos no território goiano (Pavimentação, Duplicação e Recuperação até 2030).

RODOVIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	TRECHO PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTO
GO-353	CONSTRUÇÃO	Entr. BR-153 (Porangatu) até Divisa TO
GO-404	CONSTRUÇÃO	Buritizinho (Orizona) até Entr. GO-010
GO-429	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-164 até Guaraíta
GO-434	CONSTRUÇÃO	Rubiataba / Entr. GO-156 (Valdelândia)
GO-445	CONSTRUÇÃO	São João da Paraúna até Aurilândia
GO-452	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-110 (Campos Belos) até Pouso Alto
GO-458	CONSTRUÇÃO	Rio Paraná até Formosa
GO-461	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-194 até Santa Rita do Araguaia
GO-467	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-184 até Entr. GO-180 (Jataí)
GO-471	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-221 até Arenópolis
GO-475	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-060 até Entr. GO-188 (Arenópolis)
GO-538	CONSTRUÇÃO	Entr. GO-237 até Indaianópolis (Niquelândia)



Fórum
das Entidades
Empresariais
de Goiás

FÓRUM DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS DO ESTADO DE GOIÁS (FEE)



COPARTICIPAÇÃO:



Goiás, Eleições 2026 — Construindo um ciclo de competitividade,
inovação, segurança jurídica e prosperidade compartilhada.

